CLIPPING INTERNET

22/11/2022 ATÉ 22/11/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 1
1.2 BLOG SÉRGIO MATIAS..... 2
1.3 SITE IMIRANTE.COM..... 3
2 CEMULHER
2.1 SITE O MARANHENSE..... 4 5
2.2 SITE O PROGRESSO..... 6
3 CNJ
3.1 BLOG DO NETO FERREIRA..... 7
4 COORDENADORIA DE PRECATÓRIO
4.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 8
5 DECISÕES
5.1 SITE O MUNICIPALISTA..... 9
6 INSTITUCIONAL
6.1 BLOG MARDEN RAMALHO..... 10
7 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
7.1 SITE O MARANHENSE..... 11

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
22/11/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA
NEUTRA
CNJ volta a afastar magistrado do Tribunal de Justiça do MA

CNJ volta a afastar magistrado do Tribunal de Justiça do MA

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça, em sua 359ª Sessão, aprovou a prorrogação do processo administrativo disciplinar contra um magistrado do Tribunal de Justiça do Maranhão, por dois períodos de 140 dias.

Por maioria, os conselheiros não ratificaram a decisão liminar que autorizara retorno às funções e mantiveram o afastamento cautelar, anteriormente determinado pelo Plenário, conforme voto apresentado pela conselheira Salise Sanchotene.

O juiz, que havia voltado ao trabalho em junho deste ano por força de liminar do conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, relator do PAD, permanecerá afastado até que o processo seja concluído.

O processo foi instaurado para analisar a conduta do magistrado sobre possíveis violações de regras de imparcialidade e transparência no julgamento de uma causa coletiva relativa a um acidente portuário envolvendo a empresa Vale, em 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
22/11/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
POSITIVA
Audiência pública de acesso à Justiça a povos indígenas é realizada na Região Tocantina

Audiência pública de acesso à Justiça a povos indígenas é realizada na Região Tocantina

Na semana em que o histórico de direitos humanos do Brasil é examinado pelo Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal (RPU), do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, o Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Comitê de Diversidade, promoveu Audiência Pública com foco no “Acesso à Justiça a Povos Indígenas”, nessa quinta-feira (17), em Imperatriz, distante 629 km de São Luís.

Em uma audiência pioneira, o Judiciário convidou outras instituições públicas cuja parceria permitiu a realização do encontro que reuniu cerca de cem pessoas no auditório “Dr. José Clebis dos Santos”, na Subseção da OAB, na segunda cidade mais populosa do estado maranhense e que, historicamente, foi abrigo de muitos povos indígenas, antes de sua ocupação pela comitiva do Frei Manoel Procópio, considerado o fundador da cidade de Imperatriz, em julho de 1852.

A exemplo dos 193 países integrantes da ONU e que poderão apresentar recomendações para o Brasil avançar na agenda da proteção e da promoção dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao agravamento da violência contra os povos indígenas e seus territórios, a audiência pública possibilitou que representantes indígenas de várias etnias pudessem propor avanços na agenda de promoção dos direitos humanos de seus povos.

Durante quatro horas, autoridades do Judiciário maranhense, Ministério Público estadual, Defensoria Pública, OAB/MA, Funai, secretarias estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos e Participação Popular ouviram atentamente e registraram as reivindicações, críticas, dúvidas e sugestões apresentadas por representantes dos povos indígenas Canela, Gavião, Kari Guajajara, Krikatí, Ka’apor, Krenyê, Krepym e Tembé.

ESCUTAS E DIÁLOGOS

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, acompanhado do 2º vice-presidente do TJMA e ouvidor-geral do Judiciário maranhense, desembargador Marcelino Ewerton, abriu a audiência pública deixando claro o papel de cada representante das instituições participantes.

“Nós precisamos escutar as pessoas, viemos ouvir com muita atenção e respeito às comunidades indígenas, historicamente carentes da atenção de políticas públicas, a partir desse processo de escuta das demandas desses povos, verificar em que medida se pode acolher essas necessidades e construir soluções permanentes e definitivas”, ressaltou o magistrado.

A condução da audiência pública foi feita pelo coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal, juiz Marco Adriano Fonseca. Ele explicou que os diálogos para a realização do evento começaram em fevereiro, deste ano, por ocasião da reunião institucional com representantes da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas no Maranhão (COAPIMA), com o intuito de discutir ações de fortalecimento de políticas antidiscriminatórias e de defesa dos direitos dos indígenas.

Na pauta da audiência pública, os representantes dos povos indígenas apresentaram suas considerações de forma breve. A maioria das falas teve foco para questões de reconhecimento, proteção, conciliação e mediação de conflitos, a exemplo das observações feitas pela melhoria de regulamentação do registro civil indígena, reconhecimento de paternidade, violência cometida contra indígenas, invasões de suas áreas territoriais, dificuldades de acesso à Educação e Justiça, combate ao aumento do uso de drogas lícitas e ilícitas, entre outras questões.

FALAS INDÍGENAS

Durante suas considerações, Antonio Guajajara (43 anos) destacou a importância da defesa da terra para os indígenas e mencionou o grupo de 25 mulheres que atua na defesa do meio ambiente na aldeia: são as Guerreiras da Floresta, que assim como os homens (os guardiões), combatem madeireiros e caçadores, além de fazerem um trabalho de sensibilização para preservação da natureza pela população indígena.

“Vim buscar e pedir apoio para as nossas reivindicações, vivemos sob constantes ameaças e invasões, não queremos violência, acreditamos que podemos conquistar direitos por meio da educação”, afirmou o indígena, que há sete anos é cacique na aldeia Maçaranduba, na Terra Indígena Caru, município de Bom Jardim.

Já quando Jane Guajajara pediu a palavra, não se imaginava a comoção que ela causaria. A indígena da aldeia Nova Ingarana, que fica na Terra Indígena Cana Brava, no município de Jenipapo dos Vieiras, revelou, sob lágrimas, que seu povo está cansado, mas não desistirá de buscar melhorias e acesso à Justiça.

“É uma honra como indígena e como mulher brasileira, presenciar um encontro com homens brancos e mulheres brancas, dispostas a ouvir nossos anseios, reivindicações e angústias durante uma tarde inteira. Como isso é importante e eu acredito que a mudança virá por meio de medidas que podem beneficiar nossos povos. É um momento histórico”, agradeceu pedindo atenção às demandas apresentadas às autoridades presentes.

RESOLUTIVIDADE

Após ouvir as solicitações e sugestões dos representantes indígenas, o desembargador Paulo Velten fez as considerações finais e reafirmou o compromisso do Judiciário maranhense, conjuntamente às instituições públicas parceiras, em buscar resolutividade para as questões abordadas durante a audiência.

O presidente do TJMA disse ter ficado sensibilizado com as considerações feitas e mencionou que falta um olhar mais humanizado e respeitoso para as falas dos povos indígenas. “Não há uma violência, mas uma vontade legítima de se expressar. Prestei atenção em tudo que foi falado e enquanto eu estiver à frente do Judiciário vamos criar espaços para um diálogo aberto com a população. O Tribunal está de portas abertas para todas as comunidades indígenas”, finalizou.

MUTIRÃO

Para esta sexta-feira (18), será realizado mutirão de atendimentos aos povos indígenas, a partir das 9h, no território indígena São José (Krikati), município de Montes Altos/MA, com a prestação de serviços por órgãos do Sistema de Justiça, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão.

A ação, que faz parte também do Programa Justiça de Proximidade da Presidência do TJMA, vai realizar

atendimentos previstos de: registro civil, carteira de identidade, título de eleitor, casamentos e divórcios. O Provimento nº 49, assinado no dia 3 de novembro passado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, dispõe acerca do assento de nascimento de indígena no Registro Civil de Pessoas Naturais.

TJMA publica lista de credores do orçamento de 2015 para recebimento antecipado de precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por intermédio da Coordenadoria de Precatórios, publicou nesta sexta-feira (18), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edital (EDT-CPREC - 12022) contendo a lista dos credores habilitados, referentes aos precatórios inscritos no orçamento de 2015, para pagamento mediante realização de acordo direto com o ente devedor Estado do Maranhão, nos termos do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA n.º 001/2022.

“Tendo em vista o volume expressivo de requerimentos para habilitação ao acordo direto com o Estado, a Coordenadoria de Precatórios divulgará listas de habilitados por ano orçamentário (2015 a 2018), com o objetivo de iniciar, de imediato, o pagamento dos credores, após o prazo de impugnação de cada lista. Tal medida visa otimizar os procedimentos internos, conferindo maior celeridade ao pagamento dos lotes, respeitando-se a ordem cronológica dos requisitórios e em consonância com as previsões constantes no edital convocatório”, explicou o juiz gestor da Coordenadoria de Precatórios do TJMA, Anderson Sobral de Azevedo.

No edital publicado, constam 210 precatórios, inscritos no ano orçamentário de 2015, que tiveram deferidos seus requerimentos de adesão ao acordo direto com o Estado. Dentre eles, constam habilitações referentes ao crédito principal, aos honorários sucumbenciais e/ou honorários contratuais, devidamente especificados em cada precatório da listagem.

O documento, assinado pelo juiz Anderson Azevedo, contém, ainda, informações relativas às próximas fases, tais como prazo e forma para impugnação à lista de habilitados e respectiva homologação, procedimento para apuração do valor líquido devido, assim como prazo para manifestação dos cálculos finais para quitação dos créditos.

Imagem de Nossa Senhora da Conceição é recebida no Fórum de São Luís

A imagem de Nossa Senhora da Conceição foi recebida por magistrados, servidores e servidoras do Fórum Des. Sarney Costa, na última sexta-feira(11). Em procissão, a imagem foi carregada até o hall do auditório Madalena Serejo, onde houve missa, às 12h, celebrada pelo pároco e reitor do Santuário do Monte Castelo, Elinauro Santos. O juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, representou a Diretoria do Fórum na recepção da imagem.

Como parte das atividades do festejo em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, que está ocorrendo no Santuário do Monte Castelo, na capital, a imagem da santa está em peregrinação por instituições públicas e privadas de São Luís. Na semana passada (07), a sede do Tribunal de Justiça do Maranhão também recebeu a visita.

O padre Elinauro Santos explicou que o tema do festejo deste ano - "Maria, consoladora dos aflitos" - foi escolhido em virtude das dificuldades que o mundo vem passando por conta da pandemia do coronavírus. "Estamos atravessando tempos difíceis da história da humanidade e precisamos da intercessão de Deus por meio de Nossa Senhora. Maria olha por nossas dificuldades, nossas angústias. Hoje queremos reforçar nossos pedidos em nossas dores e dificuldades", disse o pároco.

Esta semana, a imagem segue em peregrinação pelas sedes da Prefeitura de São Luís e do Palácio dos Leões. A visita às instituições públicas e privadas é um ato de missão para levar a palavra de Deus a esses ambientes e tem como o objetivo fortalecer a fé e a devoção à Nossa Senhora, além de divulgar o festejo em homenagem à santa.

Fonte:ASCOM - TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
22/11/2022 - BLOG SÉRGIO MATIAS
POSITIVA
População de Bacabal será atendida pela Ouvidoria Itinerante

População de Bacabal será atendida pela Ouvidoria Itinerante

O projeto "Ouvidoria Itinerante" do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) atenderá a população de Bacabal (a 246 km de São Luís), nesta quarta-feira (19/10), das 9h às 16h, no Fórum Juiz Deusimar Freitas de Carvalho (Rua Manuel Alves de Abreu, s/n, Centro). Durante o evento, será discutida a atuação do Poder Judiciário na Comarca e demais cidades integrantes do polo judicial de Bacabal.

Esta será a primeira participação do ouvidor-geral, desembargador Marcelino Chaves Everton (2º vice-presidente do TJMA), no projeto, desde que assumiu a Ouvidoria do Poder Judiciário para o atual biênio. Na oportunidade, cada cidadão e cidadã receberá um atendimento humanizado, individualizado e particularizado às suas necessidades, em sala reservada no Fórum.

Sugestões

As manifestações apresentadas pela população durante o projeto serão encaminhadas aos setores competentes do Judiciário. Os questionamentos serão esclarecidos em tempo hábil e o público interessado será informado sobre os resultados de suas sugestões e reclamações, com vistas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Fonte: Ascom-TJMA

Judiciário promove Conciliação Itinerante em Anajatuba e Itapecuru-Mirim

O intuito da ação é ampliar o acesso da população à Justiça, oferecendo uma prestação jurisdicional rápida, efetiva e gratuita, com vistas à pacificação social.

A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura de Itapecuru-Mirim, que irá oferecer diversos serviços à população, durante a ação de cidadania.
A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura de Itapecuru-Mirim, que irá oferecer diversos serviços à população, durante a ação de cidadania. (Divulgação)
ANAJATUBA - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) promoverá, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, mais uma edição do projeto Conciliação Itinerante. Desta vez, serão contempladas as comarcas de Anajatuba e Itapecuru-Mirim.

O intuito da ação é ampliar o acesso da população à Justiça, oferecendo uma prestação jurisdicional rápida, efetiva e gratuita, com vistas à pacificação social.

A ação é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJ-MA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

Durante o evento, cidadãos e cidadãs poderão resolver diversas questões pré-processuais (sem ação judicial) e processuais (com ação judicial), de natureza cível e de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, investigação de paternidade (com coleta de exame de DNA), dissolução de união estável, renegociação de dívidas, dentre outras.

A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura de Itapecuru-Mirim, que irá oferecer diversos serviços à população, durante a ação de cidadania.

De acordo com a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, a pauta do evento já possui 553 audiências processuais (previamente agendadas).

Agendamento

O agendamento prévio para o evento poderá ser feito pelos seguintes canais: Telejudiciário (0800-707-1581 ou 98 3194-5555); WhatsApp do Nupemec (98 3198-4558) ou formulário eletrônico, disponível no Portal do TJMA. O agendamento também poderá ser feito presencialmente, no local do evento, em seguida, haverá o atendimento do cidadão ou da cidadã.

Locais de atendimento

Dia 30/11 - Anajatuba: Prédio da Colônia de Pescadores, Praça da Matriz, nº 71, Centro, das 8h às 18h;

Dia 1º/12 - Itapecuru-Mirim: Câmara Municipal, Rua Mariana Luz, s/n, Centro, das 8h às 18h.

O Nupemec informa que no caso de uma das partes não poder comparecer ao local indicado, a audiência poderá ser realizada por videoconferência.

Documentos necessários

Para o atendimento de investigação de paternidade, o cidadão ou a cidadã deverá apresentar RG, CPF, comprovante de endereço e certidão de nascimento. No caso de divórcio, os documentos necessários são: RG, CPF, comprovante de endereço e certidão de casamento.

Para solucionar casos de pensão alimentícia, os interessados deverão levar RG, CPF, comprovante de endereço, contracheque, certidão de nascimento do menor e documento do menor (RG e CPF). Nos demais casos, as partes devem levar documentos pessoais e comprobatórios das questões a serem solucionadas, a exemplo de faturas.

Justiça de proximidade

A conciliação itinerante está inserida nas atividades do Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão, promovido pela Alta Administração, que também realizará ações nas comarcas, com vistas ao aprimoramento da Justiça.

Com o tema “Fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade”, o programa também levará aos municípios o projeto Registro Cidadão, que oferecerá à população serviços de emissão do Registro de Nascimento, Procedimento do Registro Tardio de Óbito e Nascimento e emissão de segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito, através da serventia extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais competente.

Mais informações

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

2ª Vara da Mulher lança projeto `Justiça em Rede´

22/11/2022 01:01:00

Representantes de órgãos e entidades que integram a Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres em São Luís, professores e professoras de universidades e faculdades, estudantes e membros da sociedade civil participaram do lançamento e apresentação do projeto "Justiça em Rede", idealizado pela 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís. O projeto, lançado na última sexta-feira (18), no auditório do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), visa a disseminar a utilização das ferramentas virtuais, tais como as Medidas Protetivas on-line e balcão virtual de atendimento, para garantir maior proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além de aproximar do Poder Judiciário as vítimas de violência de gênero.

Durante o evento foi assinado, simbolicamente, termo de cessão de uso de bem imóvel entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) e município de São Luís, em ato firmado pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten; pelo chefe de gabinete da CGJ-MA, José Bernardo Rodrigues e pelo secretário municipal de Governo, Enéas Garcia Fernandes Neto. Participaram da solenidade também o presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher (CEMULHER), desembargador Cleones Cunha; a juíza titular da 2ª Vara da Mulher, Lúcia Helena Barros Heluy; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros; a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena.

Na solenidade, o presidente do TJMA destacou que a construção de políticas de emancipação feminina é muito importante, tais como a proteção da mulher contra todo tipo de violência, condições de trabalho efetivo e assegurar a paridade de gênero. Ressaltou, ainda, que boas políticas públicas, inclusive para obter a paz, seguem no caminho da criação de boas políticas de emancipação feminina. Paulo Velten agradeceu a oportunidade e parabenizou a 2ª Vara da Mulher e o CEMULHER pelo comprometimento com o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A apresentação do "Justiça em Rede" coube à magistrada Lúcia Helena Barros Heluy, e ao servidor da 2ª Vara da Mulher, Wilson de Carvalho Filho. A juíza explicou que o projeto vai disseminar as ferramentas on-line disponíveis para as mulheres em situação de violência, que ainda enfrentam diversos obstáculos para acessarem a justiça. Ela destacou, ainda, que o "Justiça em Rede", inicialmente, começará em três territórios: os bairros da Liberdade, Cidade Operária e área Itaqui-Bacanga, onde haverá capacitação de profissionais das áreas de assistência social, educação e saúde e instalação de salas para facilitar o acesso digital às mulheres que pretendem requerer Medidas Protetivas de Urgência (MPU), previstas na Lei Maria da Penha.

Lúcia Helena Heluy afirmou que a ideia do "Justiça em Rede" é compartilhar a proteção às mulheres de São Luís com as comunidades, capacitando as pessoas. Com o apoio do TJMA, para 2023, o projeto já conta com a cessão de 25 computadores que estarão nas comunidades-alvo. Segundo a magistrada, o município de São Luís disponibilizará salas, apoio dos órgãos de proteção social básica e especial, salas no Hospital da Mulher e, além disso, o projeto conta com o apoio de universidades e faculdades, acrescentou a magistrada.

Durante o lançamento do "Justiça em Rede", houve, ainda, a palestra "Violência contra a Mulher na Era Digital", ministrada pelo juiz coordenador do Laboratório de Inovação do TJMA (Toada Lab), Ferdinando Serejo. Na apresentação, o magistrado destacou as tecnologias digitais e a proteção a mulher no mundo e no Brasil, tais

como alguns aplicativos e outras ferramentas. Após a palestra, ocorreu a roda de conversa "Diálogos sobre direitos humanos e violência de gênero", com as professoras doutoras, Rosângela Maria Guimarães Rosa, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e Jaqueline Alves da Silva Demétrio, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); e o professor doutor Thiago Alisson Cardoso de Jesus, da UEMA e do Centro Universitário do Maranhão (Uniceuma). O evento de lançamento também contou com a apresentação musical de Ana Beatriz Lima.

Judiciário abre Semana `Justiça pela Paz em Casa´

21/11/2022 22:00:00O presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (Cemulher/TJMA), desembargador Cleones Cunha, acompanhou, no Fórum de São Luís (Calhau), na manhã desta segunda-feira (21), o início dos trabalhos da 3ª edição do Programa Justiça pela Paz em Casa de 2022, que ocorrem até sexta-feira (25), em todo o estado. Além das audiências nas varas especializadas e competentes em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, estão ocorrendo atividades externas como cursos, oficinas, simpósios, entre outras.

Cleones Cunha explicou que o objetivo da Semana "Justiça pela Paz em Casa" é agilizar as audiências e julgamento dos processos que envolvem violência doméstica. "Uma tarefa que estamos movimentando o ano todo, mas que nessas três semanas por ano damos uma especial atenção", afirmou o desembargador. O presidente da Cemulher afirmou que a questão da violência doméstica é uma nódoa na sociedade; não só a violência que acontece dentro de casa, mas toda violência contra a mulher. "E essa é uma luta na qual o Judiciário se engajou e temos que juntos procurar acabar. Não podemos aceitar nenhuma forma de violência contra a mulher", concluiu.

Em todo o Maranhão, de 21 a 25 de novembro, serão intensificadas as ações de combate à violência de gênero, com audiências nas unidades judiciárias especializadas. Na 1ª Vara de São Luís, foram agendadas para o período 142 audiências que ocorrem, simultaneamente, em quatro salas, no 5ª andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), presididas pelos juízes Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior (titular da unidade), João Paulo de Sousa Oliveira (Arari) e João Vinícius Aguiar dos Santos (Pindaré Mirim) e a juíza Vanessa Clementino Sousa (auxiliar permanente da 1ª Vara da Mulher). A 3ª Vara da Mulher, que tem como titular a magistrada Samira Barros Heluy, também está realizando audiências concentradas.

A 2ª Vara da Mulher, localizada na Casa da Mulher Brasileira, no bairro Jaracaty, também está participando da Semana "Justiça pela Paz em Casa". A unidade tem a competência de analisar os pedidos de medidas protetivas de urgência (MPUs). Além de proferir sentenças, decisões e despachos, a titular da unidade, juíza Lúcia Helena Barros Heluy, está realizando atividades do projeto "Justiça em Rede", lançado pelo Poder Judiciário maranhense na última sexta-feira (18).

Durante a Semana, o Poder Judiciário, em parceria com as Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais operadores do Direito de todo o país, concentram esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da "Lei Maria da Penha" (Lei n.º 11.340/2006). No Maranhão as atividades são organizadas pela Cemulher/TJMA).

O Programa integra a Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em cada ano há três edições, com atividades realizadas durante uma semana: em março (marcando o Dia da Mulher); em agosto (aniversário de sanção da Lei Maria da Penha); e em novembro (quando a ONU estabeleceu 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, data que marca também a sensibilização pela igualdade de gênero)

As mulheres que estiveram no Fórum de São Luís, nesta segunda-feira (21), primeiro dia de atividades da Semana "Justiça pela Paz em Casa", para as audiências nas Varas da Mulher, foram recebidas no Espaço "Vem,

estamos aqui", destinado ao acolhimento das mulheres vítimas ou testemunhas, um trabalho realizado pelos profissionais da equipe multidisciplinar dessas unidades.

Acolhida no local, uma dona de casa, 25 anos, vítima de agressões físicas praticadas pelo marido com o qual tem dois filhos pequenos, disse que chegou para a audiência muito nervosa, com medo de como seria esse momento. Ela conversou com a equipe longe da presença do agressor e esclareceu dúvidas sobre o processo judicial. A assistente social Josiane Abrantes explicou que no local também são acolhidos os filhos pequenos, quando as mulheres não têm com quem deixá-los em casa e precisam trazê-los para o Fórum.

Judiciário maranhense discute aprimoramento na execução penal do Maranhão

22/11/2022 00:01:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deliberou, na última sexta-feira (18), sobre a implementação e operacionalização da Central de Regulação de Vagas Prisionais e a criação da 3ª Vara de Execuções Penais do Maranhão.

Reuniram-se na ocasião o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), desembargador Ronaldo Maciel, o coordenador da UMF, juiz Douglas de Melo e servidoras da Unidade; o juiz auxiliar da Presidência, Nilo Ribeiro Filho; o secretário de Administração Penitenciária (SEAP), Murilo Andrade; o diretor de informática do TJMA, Cláudio Sampaio e membros da Diretoria. A reunião ocorreu no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça.

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça, por meio de metodologia própria desenvolvida desde 2019.

A Central de Regulação de Vagas é uma ferramenta que opera a partir de uma abordagem sistêmica, que compreende medidas que incidem da porta de entrada à porta de saída do sistema penitenciário, conjugando esforços dos juízos com atribuição para a realização da audiência de custódia e processamento de inquéritos policiais, dos juízos competentes para as fases de conhecimento, recursal e de execução da pena. A atuação da Central de Regulação de Vagas Penais abrange tanto as pessoas em cumprimento de pena quanto aquelas submetidas à prisão provisória.

Para o juiz Douglas Martins, a Central de Regulação de Vagas do Judiciário maranhense será pioneira no país, além de ser um instrumento importante para a eficiência e transparência do sistema prisional.

"Nós precisamos que todas as Varas Criminais tenham consciência do número de presos no sistema prisional e consigam priorizar o que é mais relevante. As Varas precisam acompanhar prazos tanto para processar, como para eventualmente julgar quem está respondendo a um processo criminal. Isso é fundamental para aqueles que estão em cumprimento de pena não tenham atraso nas concessões dos benefícios previstos em lei", pontuou o coordenador da UMF.

No momento, o Judiciário maranhense deliberou com a SEAP sobre os benefícios da criação da 3ª Vara de Execuções Penais do Estado. A concretização desse objetivo demandará interoperacionalidade dos órgãos envolvidos.

O secretário da SEAP, Murilo Andrade, destacou que a criação da 3ª Vara de Execuções Penais será importante para concentrar todos os processos de execução penal do interior em uma única vara, com uma melhor estrutura e dinâmica. "Dessa forma, poderemos identificar e qualificar melhor os presos, e isso pode diminuir a população prisional do Maranhão e gerar mais economia para o estado", disse Murilo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
22/11/2022 - SITE O MUNICIPALISTA
NEUTRA
Desembargador volta atrás em relação a decisão sobre a eleição da Câmara dos Vereadores de Pinheiro

Desembargador volta atrás em relação a decisão sobre a eleição da Câmara dos Vereadores de Pinheiro

Na manhã de hoje, 21, o Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Maranhão, Raimundo José Barros de Sousa, voltou atrás e revogou a sua própria determinação em relação a realização de uma nova eleição para a Câmara dos Vereadores do Município de Pinheiro.

Após pedido de reconsideração que foi adicionado aos autos do processo em questão, o Desembargador proferiu nova decisão revogando a sua última, por presença de claros vícios desde a origem do processo, o que fez com que ele voltasse atrás, mantendo apenas a ordem de suspensão do resultado da eleição ocorrida no dia 18 de julho de 2022, que deu vitória ao vereador Lucas do Beiradão.

Então, não será realizada nova eleição para a presidência da Câmara dos Vereadores de Pinheiro, devendo o resultado final da questão ser apreciado na análise do mérito do recurso de Agravo de Instrumento.

Veja a decisão: CLIQUE AQUI!

TJMA dá início à Semana Justiça Pela Paz em Casa e aos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher

Agência TJMA de NotíciasFoto: Divulgação: CNJ

Com o objetivo de aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de esforços concentrados de julgamento e ações multidisciplinares de combate à violência contra as mulheres, o Poder Judiciário do Maranhão dá início à 22ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa e à campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

No Maranhão – sob a direção da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA), presidida pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha – são previstas diversas ações que envolvem audiências concentradas para acelerar os julgamentos, palestras, oficinas, rodas de conversa, fórum, implementação de programas junto à população para combater a violência contra a mulher, entre outros.

Sobre as campanhas, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten afirmou que “o Poder Judiciário está comprometido em debelar esta, que é uma das maiores chagas da nossa sociedade, em pleno século XXI, que é a violência de gênero. Nós reforçamos a nossa responsabilidade, na Semana da Justiça pela Paz em Casa, em criar, continuamente, uma cultura de respeito e cordialidade à mulher. Quando concretizamos ações como essas, estamos efetivando a tutela dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana”, frisou.

JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA
O Programa Justiça pela Paz em Casa é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).

O programa – instituído pela Resolução CNJ nº 254/2018 – também promove ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Para acelerar os julgamentos, existirão quatro salas de audiência, nos turnos matutino e vespertino, voltadas a realização de audiências no Fórum Desembargador Sarney Costa, organizadas pela 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

21 DIAS DE ATIVISMO
O Conselho Nacional de Justiça também promove os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher com ações que envolvem e mobilizam os tribunais do país. A campanha, que se iniciou nesse domingo (20 de novembro), Dia da Consciência Negra no país, traz reflexões sobre os variados cenários da violência de gênero contra meninas e mulheres, com a contextualização de suas vulnerabilidades.

O movimento criado pelo CNJ, que busca sensibilizar a sociedade para o tema, sobretudo no Judiciário, se

inspira na ação mundial denominada 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a mulher, que se iniciou em 1991, intitulada “as mariposas”, em homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, assassinadas, em 1960, na República Dominicana.

A campanha representa um marco no aprofundamento das políticas de combate à violência de gênero, feminicídio e outras formas de agressões no âmbito do Judiciário e está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, o ODS 5, que visa estimular ações para o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

Ações
- Justiça em Rede – 18 a 21 de novembro

- Curso Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero – 21 e 22 de novembro (2ª etapa)

- II Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em todos os Ciclos de Vida – 22 e 23 de novembro, no auditório do Convento das Mercês, Bairro do Desterro.

- Roda de Conversa Masculinidades e Violência de Gênero: Vamos refletir? – 5 de dezembro, às 18h30, na Arena UNDB, no Golden Shopping, Calhau.

- Oficina Masculinidades na Instituição: Homens, Violência e Poder Judiciário – 6 de dezembro, 8h30 às 18h, na Esmam, Calhau.

- II Simpósio Agenda 2030 e os ODS na UEMA, com o tema “Igualdade de Gênero” – 6 (presencial, no auditório UEMANET) e 7 de dezembro (remoto).